



Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro

Belo Horizonte: Autêntica Editora | Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. 294 p.

Escritos de Marilena Chaui, v. 2
(Organizador André Rocha)
Marilena Chaui

Antônio David¹

Vem em boa hora a publicação, pelas editoras da Fundação Perseu Abramo e Autêntica e sob a organização de André Rocha, da coletânea de ensaios e artigos de Marilena Chaui, intitulada *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Produzidos entre fins dos anos 1970 e os anos 2000, os textos aqui publicados – alguns dos quais acrescidos com notas da autora para esta edição – constituem uma contribuição ímpar ao estudo da história do Brasil, cuja atualidade salta aos olhos.

Cabe de início advertir: não se tratam de trabalhos de historiografia, no sentido próprio do termo. Renomada historiadora da filosofia, Chaui esforçou-se por oferecer uma interpretação das interpretações do Brasil. Para tanto, amparou-se em trabalhos de historiadores e cientistas sociais, no que se incluem pesquisas empreendidas na época em que os textos foram escritos. Daí a razão pela qual estes textos merecem ser vistos como parte de uma corrente de pensamento no interior do chamado pensamento social brasileiro.

A coletânea contém dois ensaios de fôlego – a saber, *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*, publicado originalmente em 1978, e *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, de 2000 –, artigos publicados em diferentes momentos e uma entrevista realizada pelo organizador.

O que confere unidade a estes escritos? Todo o esforço de Chaui converge para a defesa de uma ideia-força: o autoritarismo brasileiro não é um desvio, nem tampouco um fenômeno mera-

mente político, mas um traço marcante da sociedade brasileira, nela deitando raízes, expressando-se como violência praticada “em todas as esferas da vida social”². Nesse sentido, e não obstante o rigor acadêmico com que foram produzidos, os escritos em questão são, antes de tudo, textos de combate. É a ideologia que visa a encobrir as raízes sociais do autoritarismo o alvo da autora, cujo trabalho intelectual em seu conjunto pode ser, com justeza, sintetizado como um esforço de crítica da ideologia.

O discurso ideológico não é aquele que se opõe ao discurso verdadeiro e científico, mas “um discurso lacunar e feito de silêncios encarregados de ocultar a realidade, de tal maneira que, se tentamos preencher as lacunas e os silêncios, ele não se converte num discurso verdadeiro, mas se autodestrói”³. No caso brasileiro, a ocultação produzida pelo discurso ideológico reside na recorrente e disseminada prática de conceber o Brasil pela ótica da falta, da privação, do desvio, quando na verdade somos uma totalidade que deve ser encarada, compreendida e explicada como tal.

Presente tanto na representação que os brasileiros fazem de si mesmos como também nas ciências sociais e na historiografia, essa prática manifestou-se em vários momentos da história, à direita – o caso emblemático examinado por Chauí é a ideologia integralista – e à esquerda:

[...] enquanto para os integralistas o autoritarismo *deve ser* a solução para os problemas do ‘Brasil real’, para os intérpretes liberais e marxistas o autoritarismo *teve que ser* a solução encontrada pela classe dominante, impossibilitada de exercer por conta própria a hegemonia⁴.

Trata-se de uma concepção demiúrgica da história do Brasil, que esconde a luta de classes⁵. Se Chauí oferece uma contribuição original à interpretação do Brasil, pensamos ser essa, uma vez que toca na base mesma de parte importante da historiografia brasileira.

Essa contribuição foi formulada de maneira mais consistente em *Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira*, no qual Chauí mostra que o discurso integralista opera com “certezas prévias”, “decretadas antes do pensamento e fora dele”, em suma, com a *fixação* de pressupostos a partir dos quais o pensar *deve submeter-se*⁶. No que se amparam tais pontos fixos? Em imagens “facilmente reconhecidas na experiência cotidiana, [...] espelhamento ampliado e iluminado da experiência imediata, dotadas da capacidade de unificar aquilo que nesta última aparece fragmentariamente”⁷.

Segundo Chauí, operando com justaposições, associações livres e traduções, esse discurso “não só permite economizar a reflexão acerca dos processos históricos, mas permite, sobretudo, assegurar ao destinatário um suposto conhecimento” prévio da realidade, com base na reafirmação e repe-

tição de preceitos tomados de antemão, de modo que o discurso tenha “força persuasiva e até mesmo constrangedora”⁸.

O aspecto político dessa operação reside exatamente na exclusão da reflexão: “Unido e disperso, a imagem, espelho dos dados imediatos, exclui a reflexão e, simultaneamente, cria a ilusão de conhecimento, graças ao seu aspecto ordenador”⁹. Ora, a exclusão da reflexão é o signo da inversão entre sujeito e predicado, da redução do sujeito à condição de coisa. Daí Chaui sustentar estarmos diante de uma forma autoritária de pensar.

Quais são os pontos fixos mobilizados pelo discurso integralista? O brasileiro e a nação. Mobilizando afeitos passivos que engendram a identificação nacional – quem, afinal, não sente orgulho de ser brasileiro? –, essas imagens ocuparão tal lugar, posto que apareçam “acima e além das contradições”¹⁰, e conformarão a ideologia do verdeamarelismo, “elaborado no curso dos anos pela classe dominante brasileira como imagem celebrativa” da unidade nacional¹¹. Como podemos ver, nem tudo em 2015 é novo.

Dirigido à classe média urbana¹², o integralismo procurou oferecer uma interpretação do papel primordial dessa classe no processo político brasileiro. Assim, enquanto Plínio Salgado louva o “espírito elevado da classe média”¹³, Miguel Reale forjará, inspirado em Hegel, a justificativa filosófica do integralismo: “essa é a classe que faz a revolução porque é portadora da Ideia”¹⁴.

Segundo Chaui,

A literatura de inspiração marxista tem mostrado que as esperanças políticas depositadas na atuação possível da classe média são “expectativas-mitos”. No Brasil, trabalhos recentes têm-se ocupado em demonstrar que, tanto do ponto de vista histórico efetivo quanto do ponto de vista da posição estrutural, a classe média não pode ser portadora de um projeto político autônomo e que, pelo contrário, mesmo quando suas propostas divergem daquelas defendidas pela classe dominante, a divergência não chega a constituir sequer um antagonismo real, de sorte que, bem ou mal, as classes médias estão atreladas à classe dominante ou a reboque dela. Fundamentalmente, mostra-se que a heterogeneidade da composição, a ambiguidade ideológica, a “desposseção” econômica, o medo da proletarianização e o desejo de ascensão social fazem da classe média não apenas uma classe conservadora, mas visceralmente reacionária¹⁵.

Como a ideologia do autoritarismo opera com a imagem de uma sociedade una, coesa, indivisa e harmônica, quando os conflitos fogem do controle “surge uma ideia-chave, panaceia de todos os males, uma explicação irrecusável daquilo que ‘efetivamente’ estaria ocorrendo no real: *a imagem da crise*”¹⁶ e, com ela, *a imagem do perigo*¹⁷.

Nomeando os conflitos para melhor escondê-los, “a crise é imaginada como um movimento da irracionalidade que invade a racionalidade do social e do político, gera desordem e caos e precisa ser conjurada para que a racionalidade (anterior ou outra, nova) seja restaurada”¹⁸. Argumenta Chauí:

A crise é usada para fazer com que surja diante dos agentes sociais o sentimento de um perigo que ameaça *igualmente a todos*, dá-lhes o sentimento de uma *comunidade* de interesses e de destino e os leva a aceitar a bandeira da salvação da sociedade supostamente homogênea. [...] A crise serve, assim, para dissolver todas as diferenças e contradições, empenhando todos os agentes sociais na tarefa da reorganização da nação¹⁹.

Tudo o que aqui dissemos são apenas alguns elementos de uma densa contribuição ao pensamento social brasileiro. Densa nos dois sentidos: pelo rigor analítico e pelo tamanho da produção. Aliás, as editoras foram felizes em ter organizado outros três títulos²⁰ nos quais, direta ou indiretamente, Chauí aborda o Brasil, e que merecem ser lidos ao lado de *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*.

Um último ponto: é imperativo insistir que a crítica à ideologia posta nessa obra vai além de suas manifestações à direita – o que não deve surpreender, afinal, seu argumento central diz exatamente que o autoritarismo está enraizado na sociedade e manifesta-se no cotidiano, chegando mesmo às relações pessoais. Nestes termos, lidos em conjunto, os escritos de Chauí sobre o Brasil deixam em evidência a coerência de um pensamento que, sendo engajado e tomando lado – o da esquerda –, não poupa a crítica às suas manifestações também à esquerda. É uma atitude intelectual que não se vê na direita brasileira. Sua obra não só merece como *deve* ser lida nessa chave.

NOTAS

1. Bacharel em filosofia, aluno do doutorado no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Escreveu “Sociedade autoritária e crítica da ideologia”, dedicado à obra de Marilena Chauí (*Mulheres intérpretes do Brasil*. Organizadores: Marcos Silva e Lincoln Secco. São Paulo: Boitempo, no prelo). Contato do autor: mdsf.antonio@gmail.com.

2. CHAUI, Marilena. *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica Editora | Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. 294 p. Escritos de Marilena Chauí, v. 2 (Organizador André Rocha), p. 242.

3. *Ibidem*, p. 292.

4. *Ibidem*, p. 14.

5. Ibidem, p. 21.
6. Ibidem, p. 27-8.
7. Ibidem, p. 33-4.
8. Ibidem, p. 34-5.
9. Ibidem, p. 34.
10. Ibidem, p. 35.
11. Ibidem, p. 20-1.
12. Ibidem, p. 40.
13. Ibidem, idem.
14. Ibidem, p. 41.
15. Ibidem, p. 45-6. Sugerimos ler com atenção a nota de rodapé 47 (Ibidem, p. 47).
16. Ibidem, p. 99.
17. Ibidem, p. 100.
18. Ibidem, 99.
19. Ibidem, p. 100-1.
20. *Contra a servidão voluntária* (2013), *Conformismo e resistência* (2014) e *Ideologia da competência* (2014). A estes, podemos acrescentar ainda dois outros livros da autora, editados pela Editora da Fundação Perseu Abramo: *Cidadania cultural* (2006) e *Simulacro e poder* (2006).